

Comissão de Pregão II

Nova Friburgo, 25 de abril de 2024.

À Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Recurso Administrativo Pregão Eletrônico nº 90.035/2024

Encaminho o presente processo, na forma que dispõe o edital, com as razões da impugnante para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, pois este pregoeiro não possui a expertise nesse tema, por se tratar de questão estritamente técnica.

Atenciosamente,



Jonathan P. Chaves
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870



Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Proc.: 10481/2024

Assunto: Impugnação ao edital de Licitação (UASG Nº 985867)

Pregão Eletrônico nº 90.035/2024

Impugnante: BREF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA

O presente processo administrativo fora instaurado pela Comissão de Pregão desta municipalidade a partir do protocolo da peça de impugnação ao edital de licitação nº 985867, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 90.035/2024, nos termos do documento anexo, a qual será analisada por este Gestor com o desiderato de subsidiar decisão final a ser prolatada pelo Ilmo. Pregoeiro, nos termos consignados a seguir:

1 – DA TEMPESTIVIDADE

Precipuamente, cumpre informar, que o Art. 164, da Lei 14.133/2021, garante ao licitante a prerrogativa de impugnar o edital de licitação, quando constatada irregularidade na aplicação da lei, no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Desta feita considerando que o competente certame será aberto no dia 29/04/2024, e a respectiva peça de Impugnação fora protocolada à Administração em 24/04/2024 (quarta-feira), ou seja, com 03 (três) dias úteis de antecedência a sessão pública do Pregão, vislumbra-se, diante do aparato legal, sua tempestividade.

2 – DA SÍNTESE DOS FATOS

O Município de Nova Friburgo, através da Secretaria Municipal de Saúde, publicou edital para a realização de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob a égide do registro de preços, vislumbrando a futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação transportada, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 01 (um) ano.

Publicado o instrumento convocatório, a empresa BREF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.839.900/0001-34, com sede na Estrada da Conceição, nº 834, Mutuaguaçu, São Gonçalo/RJ, apresentou impugnação ao edital, nos termos do Art. 164, da Lei nº 14.133/2021, requerendo a alteração do instrumento convocatório pelas razões ora expostas.

3- DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Argumenta a Impugnante, em síntese, que o instrumento editalício apresenta vícios, haja vista a ausência de previsão expressa quanto a necessidade de inspeção técnica ao local de preparação das refeições do licitante provisoriamente vencedor, como forma de examinar/garantir a viabilidade da proposta.

4 – DA ANÁLISE

Da análise das razões de impugnação ora apresentadas, constata-se que, o impugnante requer a alteração dos termos do instrumento convocatório no sentido de prever a obrigatoriedade da inspeção técnica às dependências do licitante provisoriamente vencedor, com o desiderato de salvaguardar a máquina pública de propostas meramente aventureiras.

Contudo, cabe-nos informar, que dentre as diversas exigências consignadas no instrumento convocatório, encontra-se a necessidade de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, os quais lavrados de autenticidades, garantem à Administração que o licitante provisoriamente vencedor detém de capacidade comprovada para a execução dos serviços contratados.

Revele-se que, o no instrumento editalício prevê em seu Item 19.1.10, que os licitantes deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica de execução bem-sucedida de fornecimento de alimentação hospitalar transportada, fato que garante que o licitante ostente de experiência comprovada no serviço especializado a ser tomado pela Administração. Vejamos que os respectivos Atestados de Capacidade Técnica lavram a comprovação da execução de serviços específicos, os quais serão apresentados, salvo melhor juízo, por empresas especializadas no ramo, consoante proposta deste certame licitatório.

Outrossim, a inteligência do Art. 17, da Lei 14.133/2021, preleciona que, desde que haja a previsão expressa no instrumento editalício, poderá a Administração, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, *in verbis*:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

IV – De julgamento;

§3º – Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da



conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico. (Grifo nosso)

Observa-se que, nos termos do artigo supramencionado, poderá a Administração realizar análises/provas de conceito e conformidade com o desiderato de atestar a aderência do licitante provisoriamente vencedor às especificações previamente estabelecidas no instrumento editalício, desde que haja previsão expressa no mesmo instrumento. Trata-se de uma faculdade da Administração em tal requisito, não há vinculação/obrigatoriedade do Administrador em promover, nos termos da lei, inspeção técnica ou outra diligência acerca da matéria.

O instrumento editalício vigente já prevê a necessidade de apresentação de documentos que trazem à baila a comprovação inequívoca, por parte do licitante, da boa prática dos serviços especializados, não carecendo, deste modo, de inspeções ou novas comprovações.

O administrador público, sob a égide de sua discricionariedade, poderia avocar tal obrigação no instrumento convocatório e não o fez, eis que entende que o edital de licitação prevê todas as garantias legais para fins de viabilizar a contratação de um serviço eficiente à Administração, não cabendo, deste modo, que tal liberalidade seja suprimida por vontade da Impugnante.

5 – DA DECISÃO

Ante as considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, na condição de Secretário Municipal de Saúde, manifesto pelo conhecimento da impugnação, tendo em vista a sua tempestividade, para, no mérito, pugnar pela negativa no provimento. .

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro para ciência das razões ora expostas e prolatação de decisão final.

Nova Friburgo/RJ, 25 de abril de 2024.

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula 063.454



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 10451/2024

RUBRICA: *[assinatura]* FOLHA: 12

Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO – PE 90.035/2024 – BREF – CPII

Processo Licitatório nº 310/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.035/2024, **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA, para atender as necessidades da Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 01 (um) ano.**

Em cumprimento ao disposto nos termos do artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento da Impugnação interposta pela empresa **BREF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.**, doravante denominada Impugnante, em 24 de abril de 2024, portanto, tempestiva, contra os termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.035/2024**, informando o que se segue:

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra a habilitação técnica do Edital de Licitação. Alega em síntese, (i) a ausência de previsão expressa quanto a necessidade de inspeção técnica ao local de preparação das refeições do licitante provisoriamente vencedor, como forma de examinar/garantir a viabilidade da proposta;

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da impugnação para republicação do edital devidamente retificado.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 10451/2024

RUBRICA:  FOLHA: 13

Comissão de Pregão II

II. DA ANÁLISE

Considerando que as alegações da recorrente são técnicas, o assunto foi submetido à Equipe Técnica da Secretaria Requisitante para análise e manifestação.

A Secretaria Municipal de Saúde, através de seus representantes, conforme documento (em anexo a esta decisão) acostado às fls. 09/11 do Processos de Recurso 10.451/2024, no qual negou provimento às alegações da impugnante.

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, subsidia pela manifestação técnica da secretaria requisitante, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **BREF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 90035/2024**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do edital em comento, mantida a data de abertura do certame.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 26 de abril de 2024.


JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870